

HABEAS CORPUS Nº 555.621 - BA (2019/0386621-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : EDUARDO ROMA DA SILVA
ADVOGADO : EDUARDO ROMA DA SILVA - BA026235
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : WANDERLEY SALES DE CAMARGO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

WANDERLEY SALES DE CAMARGO alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, que denegou o HC n. 8022526-43.2019.8.05.0000.

A defesa pleiteia seja revogada a custódia preventiva do réu, decretada pela suposta prática dos crimes de **tráfico de drogas, associação para o tráfico e organização criminosa**, por considerar estarem ausentes quaisquer dos fundamentos previstos no art. 312 do CPP.

Ainda, sustenta a ausência de justa causa, haja vista não haverem indícios de autoria, em relação ao ora paciente. Por fim, aduz a nulidade da prisão por citação por edital, "uma vez que o MP indicou endereço inexistente na denúncia" (fl. 13).

Indeferida a liminar (fls. 158-159) e prestadas as informações (fls. 162-165), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 176-186), que opinou pelo não conhecimento do *writ*.

Decido.

I. Idoneidade da prisão preventiva

A denúncia assim descreveu a conduta praticada pelo ora paciente:

[...] SALES DE CAMARGO, **WANDERLEY SALES DE CAMARGO**, NINO entre outros, **os quais atuam disfarçados de mototaxistas, fazendo entrega de drogas em domicílios, como uma espécie de delivery** [...].
[...]

11. **WANDERLEY SALES DE CAMARGO**, NINO, como seu irmão, o Denunciado **ELISEU**, integra a ORCRIM vendendo drogas, **inclusive entregando-as em domicílio, ligado ao gerente do tráfico na ORCRIM**, o Denunciado **RAILTON**, RT n° 12759, 2a etapa, fls. 74/75 e RT n° 13074, 5a etapa, fls. 178/179.

[...]

Em consulta ao sistema e-Saj do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, verifica-se que os Denunciados **MONOALDO**, **DIEGO**, **HENRIQUE RUAN**, **ANDERSON LAERTE** e **JEFERSON CRUZ** respondem a Ações Penais por crimes de tráfico de drogas e outros, pesando contra alguns deles condenações em fase de execução, ao passo que **WANDERLEY figura como Acusado de Ações Penais por crimes contra o patrimônio** (fls. 36-37, grifei).

Na espécie, o Juiz de primeira instância mencionou fato concreto que evidencia o *periculum libertatis*, ao salientar que:

Compulsando os autos, observamos que o pedido de prisão preventiva está fundamentado em procedimento investigativo sigiloso (processo apenso n° 0302701-36.2016.805.0001), envolvendo interceptações telefônicas, acompanhadas, em parte, e ratificadas por este Juízo. O feito pôde ser instruído com relatórios técnicos de inteligência, nos quais se obtiveram os requisitos e pressupostos exigidos pela lei para decretação da prisão preventiva.

Pelo que se constata dos autos, **foram transcritos diálogos, nos quais se torna possível vislumbrar a existência de suposta organização criminosa, hieraquizada e com estrutura voltada ao cometimento de crime de tráfico de drogas, associação para o tráfico e possaporte de armas de fogo**. Foram transcritas relevantes conversas que evidenciam o envolvimento de todos os requeridos na empreitada criminosa voltada ao cometimento de tráfico de drogas e/ou movimentação de armas de fogo.

Com efeito, foram atendidos os requisitos indispensáveis à decretação da prisão de armas de fogo.

preventiva, segundo as hipóteses do art. 312, do CPP, que prezam, entre outros, pela garantia da ordem pública,

além de haver indícios suficientes de autoria e materialidade, eis que tais elementos corroboram à demonstração da imperiosidade da segregação processual.

[...]

Assim, a custódia justifica-se, sobretudo, pela gravidade concreta dos crimes o imputados aos investigados, a fim de evitar, portanto, a reiteração delituosa (*periculum libertatis*) e buscar acautelar o meio social e credibilidade da justiça, inclusive porque não pode ser incentivada a aparente impunidade da distribuição clandestina de entorpecentes (fls. 43-44, grifei).

O Tribunal local assim denegou a ordem:

[...]

Contudo, há a necessidade de averiguação, em cognição exauriente, pelo juízo de primeira instância, considerando que na própria petição inicial o Impetrante aponta que desde 'janeiro de 2017, fora morar no Espírito Santo', tendo sido preso quando se encontrava transportando uma carga para o Estado do Rio de Janeiro.

A Decisão que determinou a preventiva, portanto, encontra-se devidamente fundamentada em dados concretos, haja vista a acusação de ser **o Paciente integrante de organização criminosa, com função destacada de distribuição de drogas.**

O Decreto Preventivo aponta, também, a gravidade e periculosidade em concreto da ação do Paciente e de outros 14 corréus envolvidos na ação penal, pelo *modus operandi* - tráfico interestadual -, além de armas, denotando periculosidade e, por via de consequência, a necessidade de impedir o avanço de atividades criminosas.

[...]

Isto não bastasse, a prisão decorreu de operação policial de mais de 01 (hum) ano, com quebras de sigilo telefônico, judicialmente autorizado, e Relatório de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública.

Assim, com as argumentações apresentadas, não se vislumbra a ilegalidade na determinação da segregação cautelar a justificar a sua revogação.

Segundo consta do Inquérito o terminal de telefone 73988910302, cadastrado em nome de uma das Indiciadas, estaria sendo utilizado pelo Paciente

juntamente com seu irmão, cf noticiado em alguns áudios de interceptação telefônica, ocorrido no período “O TMC 73988910302 está cadastrado em nome de LUANA DE OLIVEIRA MENEZES, nascida em (...) (endereço obtido na rede INFOSEG) este terminal é utilizado por um indivíduo de prenome ELISEU, qualificado em etapa anterior, e por seu irmão, NINO. **De acordo com os áudios, ambos trabalham em um esquema de 'delivery' de drogas, na cidade de Itabuna.** A maioria dos áudios referem-se a pedidos de entrega de possíveis quantidade de drogas em várias localidades da região.” (ID 4991670) (fls. 26-27, grifei).

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Apoiado nessa premissa, verifico que **se mostram suficientes as razões invocadas na instância de origem para embasar a ordem de prisão do ora paciente, porquanto contextualizaram, em dados dos autos, a necessidade cautelar de segregação do réu.**

As circunstâncias apresentadas evidenciam que a constrição cautelar se mostra medida adequada e necessária para fragilizar a própria estrutura organizacional da qual o paciente, em tese, fazia parte e, dessa forma, cessar a prática de novas infrações penais.

A respeito do tema, a jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que “se justifica a decretação de prisão de membros de organização criminosa como forma de **interromper as atividades do grupo**” (RHC n. 70.101/MS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 5/10/2016, destaquei).

Na mesma linha de raciocínio, o Supremo Tribunal Federal também possui o entendimento de que “a necessidade de interromper a atuação de organização criminosa e o risco concreto de reiteração delitiva justificam a decretação da custódia cautelar para a garantia da ordem

pública" (AgR no HC n. 138.522/DF, Rel. Ministro Roberto Barroso, 1ª T., DJe 19/6/2017).

Além disso, em casos que envolvem organizações voltadas à reiterada prática de delitos, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem mantido a custódia preventiva dos investigados mesmo quando não há indicação detalhada da atividade por eles desempenhada em tal associação, mas apenas menção à existência de sinais de que integram o grupo criminoso.

Ilustrativamente:

[...]

2. No caso, as decisões proferidas pelas instâncias ordinárias demonstraram a necessidade da segregação provisória, ressaltando que o paciente figura como membro ativo de organização criminosa especializada em cometer roubos e furtos de defensivos agrícolas, utilizando sempre o mesmo *modus operandi* em suas ações ilícitas, agindo nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

3. A vinculação com o grupo criminoso demonstra a periculosidade do paciente, evidenciando a probabilidade concreta de continuidade no cometimento de delitos. A propósito, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC95.024/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 20/02/2009).

[...]

8. Habeas corpus denegado, com recomendação de urgência no prosseguimento do feito (HC n. 357.396/MT, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., DJe 3/10/2016, grifei)

Ainda, o Tribunal local entendeu pela legitimidade da citação por edital, pois:

Não há de se olvidar, ainda, para o fato de que o Juízo *a quo* menciona que **o Paciente não foi encontrado no endereço, o que ensejou a sua citação por edital e a**

suspensão do prazo prescricional, sem contar que o mesmo somente foi preso no mês de outubro de 2019, na Cidade do Rio de Janeiro.

Isto não bastasse, a prisão decorreu de operação policial de mais de 01 (hum) ano, com quebras de sigilo telefônico, judicialmente autorizado, e Relatório de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (fl. 27, grifei).

É certo que a Sexta Turma desta Corte Superior **reconheceu a ilegalidade da ordem de prisão preventiva fundada exclusivamente no fato de o acusado haver sido citado por edital e não haver comparecido aos autos** e, por conseguinte, revogou a custódia cautelar de Raphael Motta Célio (corrêu do ora recorrente na Ação Penal n. 0145.15.016304-9, objeto deste recurso).

É diversa a situação dos autos, uma vez que conforme bem ressaltado pela Corte local **"a prisão decorreu de operação policial de mais de 01 (hum) ano, com quebras de sigilo telefônico, judicialmente autorizado, e Relatório de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública"** (fl. 27, grifei).

O decreto de prisão preventiva, portanto, foi devidamente fundamentado, conforme demonstrado inicialmente.

Concluo, portanto, haver sido demonstrada a exigência cautelar justificadora da prisão preventiva do acusado.

Por idênticos argumentos, a adoção de **medidas cautelares diversas não é adequada na hipótese**, diante da gravidade das condutas perpetradas (art. 282, II, do Código de Processo Penal), a denotar particular periculosidade do acusado.

Nesse sentido:

[...]

6. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade concreta do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.

7. Ordem não conhecida.

(HC n. 424.606/PR, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca,

5ª T., DJe 22/2/2018, destaquei)

II. Indícios de autoria – dilação probatória

Por fim, ressalto que o exame da **suposta ausência de pressupostos suficientes da autoria delitiva** demandaria ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus.

Nesse sentido:

[...] 2. A moldura fática delineada pelas instâncias ordinárias evidencia a presença de indícios suficientes da participação da acusada na atividade ilícita, até mesmo com o envolvimento de seu irmão adolescente na tentativa de ocultar drogas e destruir documentos.

Logo, para rever esse entendimento, seria necessária ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus. [...]

(**HC n. 510.012/PR**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 9/9/2019)

III. Dispositivo

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, não há óbice a que se decida este recurso em habeas corpus de forma monocrática, haja vista ser expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, monocraticamente, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
Relator